

-----**ACTA 2/2011**-----

-----**Da Reunião Ordinária de 17 de Janeiro de 2011**-----

-----Aos dezassete dias do mês de Janeiro de dois mil e onze, nesta cidade de Almeirim, na Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Almeirim, encontrando-se presente a Assistente Técnica, Teresa Isabel de Matos Alexandre, compareceram para a reunião de hoje, os membros da Câmara Municipal deste concelho, os Senhores:-----

-----Presidente, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes e Vereadores, Pedro Miguel César Ribeiro, Francisco Manuel Maurício do Rosário, José Carlos da Silva, Maria Emília Castelo Arsénio Botas Moreira, Maria de Fátima Rodrigues Pina Cardoso e José Manuel Aranha Figueiredo.-----

-----Sendo quinze horas assumiu a presidência o Senhor Presidente da Câmara, após a que os restantes autarcas tomaram os seus lugares, tendo aquele declarado aberta a reunião.-----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----O Senhor Presidente questionou os Senhores Vereadores se pretendiam fazer uso da palavra no Período Antes da Ordem do Dia.-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício pediu uso da palavra para colocar as seguintes questões:-----

-----Se as obras na Ponte D. Luís foram suspensas, pois consta-se que devido à má avaliação do estado do piso, a verba dispendida não é suficiente para fazer aquela intervenção.-----

-----Que a solução por parte das Estradas de Portugal, não está a servir os agricultores.-----

-----O Senhor Presidente respondeu que não teve nenhuma informação sobre este assunto e que há o compromisso do Director das Estradas de Portugal de que as obras decorrerão durante o

prazo previsto. Mais informou, que em reunião tida com os agricultores, se apercebeu de que estes não foram muito receptivos à hipótese de utilizar a ponte nestas condições.-----

-----O Senhor Vice Presidente esclareceu que o que restava de uma faixa de rodagem para circulação dos tractores era muito estreito, sendo a opção por parte dos agricultores que se fechasse o transito totalmente. Disse ainda que devido ao estado do pavimento, que neste momento está cheio de água, mesmo que quisessem passar não conseguiriam.-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo questionou se as Estradas de Portugal prestaram esclarecimentos à Câmara da solução tomada, uma vez que pediram parecer sobre o assunto, e tomaram uma decisão contrária ao parecer que a Câmara emitiu. Outra questão levantada foi em relação às obras de manutenção que foram feitas e o que é que levou à fissura dos pilares. De quem é esta responsabilidade e quem é que irá pagar pelo erro.--

-----O Senhor Vereador José Carlos respondeu que provavelmente os esticadores não tinham folga suficiente e faltou a capacidade de oscilação o que levou a esta situação.-----

-----Informou que segundo informação recebida das Estradas de Portugal, as obras continuam, são serviços menos visíveis, mas que continuam.-----

-----O Vereador Aranha Figueiredo perguntou se esteve presente uma alta Individualidade na Cidade, quem foi e qual o objectivo da visita.-----

-----O Senhor Vice Presidente respondeu que foi a Senhora Secretária de Estado da Administração Interna, para uma reunião de trabalho sobre o pré projecto de instalação de vídeo vigilância e que já há cerca de três anos se falou sobre este projecto. É um trabalho realizado em conjunto com a GNR que fez

um estudo com a Comissão Nacional Protecção de Dados. Esclareceu que a visita teve o objectivo de tentar perceber se os locais eram os que se tinham indicado, mais concretamente a Praça Lourenço de Carvalho, Rua Dionísio Saraiva, Rua 5 de Outubro e zona dos restaurantes. Informou que foram feitas pequenas alterações, e que é um assunto que há-de ser presente a reunião do Executivo para discussão. Posteriormente será enviado ao Ministério da Administração Interna e feito o pedido à Comissão Nacional de Protecção de Dados, para emissão de parecer, a fim de ser ou não concursado. Por fim disse que o sistema ficará instalado nas instalações da GNR, e perguntou se o Senhor Vereador é contra este sistema.-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo respondeu que obviamente que sim, que é conhecedor deste sistema em Setúbal, o que é mais uma razão para não concordar. É muito grave o Estado Português criar estruturas que podem vir a ser usadas para limitar a liberdade dos cidadãos e fornecer informações a terceiros. Todos os processos de vídeo vigilância colocam em causa o direito à privacidade dos cidadãos. Que é uma atitude muito arrepiante, pois pretende-se controlar a vida dos cidadãos e tanto mais grave quando Almeirim não tem níveis de criminalidade que justifique a instalação deste sistema.-----

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

-----OBRAS PARTICULARES-----

-----PROJECTOS DE ARQUITECTURA - O Senhor Vice Presidente informou o Executivo Municipal dos despachos de deferimento na Arquitectura que fez, ao abrigo da delegação de competências:---

-----Teresa Paula Fernandes Pita Sousa, noventa e oito; José Augusto Cabanas, cento e dois, ambos de dois mil e dez.-----

-----PROJECTOS DE GLOBALIDADE -O Senhor Vice Presidente informou

o Executivo Municipal dos despachos de deferimento na Globalidade que fez, ao abrigo da delegação de competências:----

-----CAP - Confederação Agricultores Portugal, cento e nove de dois mil e nove; José Valério dos Santos, vinte e seis - zero um A; Fábio Manuel Baptista da Silva, cento e trinta e um - zero seis A, ambos de dois mil e dez.-----

-----O Senhor Vice Presidente solicitou autorização para apresentar um processo de obras para discussão, assunto para o qual pediu a presença do Senhor Arquitecto António Forte.-----

-----Processo de Obras nº 60/10, em nome de António Fernandes Cristina, residente na Rua Direita em Foros de Benfica. Passo a transcrever a proposta que acompanha o processo:-----

-----"O requerente propõe-se construir uma habitação num terreno situado na Rua Direita em Foros de Benfica, nomeadamente em Zona Habitacional a Consolidar inserida no perímetro Urbano deste Aglomerado.-----

-----De acordo com os pareceres técnicos de 22/12/2010 e 12/01/2011, conclui-se que a inexistência de infra-estruturas de saneamento no local. De acordo com o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação tal poderá constituir razão de indeferimento do pedido salvo se o interessado se comprometer a realizar os trabalhos necessários ou assumir os encargos inerentes à sua execução, bem como os encargos de funcionamento das infra-estruturas por um período de 10 anos.-----

-----Atendendo a que se trata da construção de uma habitação num terreno inserido dentro do perímetro urbano do Aglomerado de Foros de Benfica, que a execução das infra-estruturas em falta (rede de saneamento) se encontra em fase de conclusão pelas Águas do Ribatejo apresenta-se a presente proposta de deferimento do pedido.-----

-----Foi deliberado por unanimidade deferir a construção da habitação, uma vez que se encontra em fase de conclusão a execução da infra-estrutura da rede de saneamento.-----

-----**DELIBERAÇÕES DIVERSAS**-----

-----APRECIAÇÃO E APROVAÇÃO DE ERROS E OMISSÕES APRESENTADOS PELOS CONCORRENTES ACEITES PELO JURI E PELO PROJECTISTA PARA A EMPREITADA DE "CASA DA CULTURA DE FAZENDAS DE ALMEIRIM", ALTERANDO O SEU VALOR BASE DE 1.072.510,80€ PARA 1.067.049,30€;-

-----O Senhor Presidente apresentou a proposta do seguinte teor em relação ao assunto acima mencionado:-----

-----"De acordo com o nº 5 do artigo 61º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo D.L. nº 18/2008, de 29 de Janeiro, na redacção introduzida pelo Decreto Lei nº 278/2009, de 2 de Outubro, conjugado com o artigo 18º do D.L. 197/99, de 8 de Junho, proponho a aceitação dos erros e omissões apresentados pelos concorrentes e avalizados tanto pelo projectista como pelo Júri dos Procedimentos, relativamente ao concurso para a empreitada de: Casa da Cultura de Fazendas de Almeirim.-----

-----Em consequência dos mesmos, proponho ainda que o preço base do concurso de 1.072.510,80€ aprovado em reunião do executivo de 10/12/06 passe para 1.067.049,30€."-----

-----Posta a votação, foi a proposta aprovada por unanimidade.--

-----APRECIAÇÃO E APROVAÇÃO DE ERROS E OMISSÕES APRESENTADOS PELOS CONCORRENTES E ACEITES PELO JURI E PELO PROJECTISTA PARA A EMPREITADA DE "CONSTRUÇÃO DA CIRCULAR URBANA DE ALMEIRIM - TROÇO ENTRE A ESTRADA DE VALE BARROCAS E A E.M. 578€, ALTERANDO O SEU VALOR BASE DE 1.247.824,41€ PARA 1.261.140,94€.-----

-----O Senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:-----

-----"De acordo com o nº 5 do artigo 61º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo D.L. nº 18/2008, de 29 de Janeiro, na redacção introduzida pelo Decreto Lei nº 278/2009, de 2 de Outubro, conjugado com o artigo 18º do D. L. 197/99, de 8 de Junho, proponho a aceitação dos erros e omissões apresentados pelos concorrentes e avalizados tanto pelo projectista como pelo

Júri dos Procedimentos, relativamente ao concurso para a empreitada de: Construção da Circular Urbana de Almeirim - Troço entre a Estrada de Vale Barrocas e a E. M. 578.-----

-----Em consequência dos mesmos, proponho ainda que o preço base do concurso passe de 1.247.824,41€, para 1.261.140,94€."-----

-----Esta proposta foi aprovada por unanimidade.-----

-----APROVAÇÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE DESPESA, LANÇAMENTO DE CONCURSO, PROJECTO, PROGRAMA DE PROCEDIMENTOS E CADERNO DE ENCARGOS PARA CONCURSO DE "FORNECIMENTO EM CONTÍNUO E TRANSPORTE DE MASSAS ASFALTICAS COM ACABAMENTO A QUENTE PARA ARRUAMENTOS NO CONCELHO DE ALMEIRIM - 2011".-----

-----Relativamente a este assunto o Senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:-----

-----"Conjugando o nº 2 do artigo 50º com o nº 2 do artigo 69º, ambos do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo D.L. nº 18/2008, de 29 de Janeiro, na redacção introduzida pelo D.L. nº 278/2009, de 2 de Outubro, proponho que seja delegado no Júri dos Procedimentos, a competência para prestar os necessários esclarecimentos aos concorrentes na fase de concurso de Fornecimento em Contínuo e Transporte de Massas Asfálticas com Acabamento a quente para arruamentos no Concelho de Almeirim - 2011".-----

-----Proposta aprovada por unanimidade.-----

-----APRECIAÇÃO E APROVAÇÃO DA NOMEAÇÃO DO JURI DE PROCEDIMENTO PARA O CONCURSO PUBLICO DE "FORNECIMENTO EM CONTINUO E TRANSPORTE DE MASSAS ASFALTICAS COM ACABAMENTO A QUENTE PARA ARRUAMENTOS NO CONCELHO DE ALMEIRIM - 2011".-----

-----O Senhor Presidente apresentou a proposta do seguinte teor:

-----"Ao abrigo do artigo 67º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo D.L. nº 18/2008, de 29 de Janeiro, na redacção introduzida pelo D.L. nº 278/2009, de 2 de Outubro, proponho

como membros do "Júri do Procedimento", para o concurso de Fornecimento em Contínuo e Transporte de massas Asfálticas com Acabamento a Quente Para Arruamentos no Concelho de Almeirim - 2011, os seguintes elementos:-----

-----Efectivos:-----

-----Presidente - Pedro Miguel César Ribeiro;-----

-----Vogal - Vereador José Carlos Silva;-----

-----Vogal - Engenheiro António Xavier Martins da Rocha Pinto.--

-----Suplentes:-----

-----Dr. António Joaquim Veríssimo Pisco;-----

-----Luís Alberto Ferreira Leitão."-----

-----Posta a votação, foi a proposta aprovada por unanimidade.--

-----APRECIAÇÃO E APROVAÇÃO DE DELEGAÇÃO DE COMPETENCIAS, NO JURI, PARA PRESTAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS DO CONCURSO PUBLICO DE "FORNECIMENTO EM CONTINUO E TRANSPORTE DE MASSAS ASFALTICAS COM ACABAMENTO A QUENTE PARA ARRUAMENTOS NO CONCELHO DE ALMEIRIM - 2011.-----

-----Proposta apresentada pelo Senhor Presidente:-----

-----"Conjugando o disposto nos artigos 431º e seguintes o nº 1 do artº 36º, o artº 38º, o nº 2 do artº 40º todos do Código de Contratos Públicos, aprovado pelo D.L. 18/2008 de 29 de Janeiro, na redacção introduzida pelo D.L. nº 278/2009, de 2 de Outubro, com a alínea b) do nº 1 do artº 18º do D.L. nº 197/99, de 8 de Junho, e ainda da alínea q) do nº1 do artº 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro com a redacção introduzida pela republicação com a Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, proponho:-----

-----Que seja autorizada a despesa, bem como aprovados o Programa de Procedimento e Caderno de Encargos, e ainda a decisão de contratar através do lançamento do Concurso Publico de Fornecimento em Contínuo e Transporte de Massas Asfálticas com Acabamento a Quente para Arruamentos no Concelho de Almeirim - 2011".-----

-----Posta a votação esta proposta, foi a mesma aprovada por

unanimidade.-----

-----APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DE RELATÓRIO FINAL DE CONCURSO PUBLICO PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS NA AREA DE SEGUROS, COM POSTERIOR ADJUDICAÇÃO À CONCORRENTE AÇOREANA, ASSUMINDO O MUNICIPIO A RESPONSABILIDADE PELOS SEGUROS QUE LHE DIZEM RESPEITO E QUE VAI CONTRATAR, NO MONTANTE DE 318.585,78€.

-----O Senhor Vereador José Carlos Silva apresentou a seguinte proposta:-----

-----"Apreciação e votação do Relatório Final, no âmbito do Concurso Publico nº 1/2010, para aquisição de serviços na área de seguros.

-----De acordo com o Relatório Final do concurso acima mencionado;-----

-----De acordo com a análise integralmente reproduzida das pronuncias de dois concorrentes, consideradas improcedentes;----

-----Proponho, para cumprimento do disposto no nº 1 do artº 76º do Código dos Contratos Públicos, votar a adjudicação da proposta apresentada pela concorrente Açoreana, assumindo este Município a responsabilidade pelos seguros que lhe dizem respeito e que vai contratar, no montante de 318.585,78€."

-----Posta a proposta a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

-----APRECIAÇÃO E APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE PAGAMENTO DA RENOVAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO DE TRANSPORTES COLECTIVOS COM CRIANÇAS E JOVENS ATÉ AOS 16 ANOS DE IDADE, AO FUNCIONÁRIO ANTONIO AUGUSTO BASTOS DOS SANTOS.

-----A proposta abaixo transcrita foi apresentada pelo Senhor Vereador José Carlos Silva, sendo o seu teor:-----

-----"Transportes Escolares de Crianças e Jovens -----

-----Por interesse e necessidade para os serviços de transportes escolares deste Concelho, proponho que se pague a António

Augusto Bastos dos Santos a renovação da autorização de transportes colectivos com crianças e jovens até aos 16 anos de idade".-----

-----Foi deliberado por unanimidade proceder ao pagamento de renovação da autorização.-----

-----APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSIDIO À ORQUESTRA JUVENIL DA BANDA MARCIAL DE ALMEIRIM-----

-----Relativamente a este assunto foi presente pelo Senhor Vereador José Carlos a seguinte proposta:-----

-----"Porque está em fase de conclusão e simultaneamente de apresentação da Orquestra Juvenil da Banda Marcial de Almeirim;-

-----Porque se tem verificado o interesse e aceitação dos nossos jovens por este projecto, demonstrado pelo numero de adesões do mesmo;-----

-----Proponho a atribuição de um subsidio de 1500€ como apoio à aquisição de material necessário orçamento em cerca de 4500€, conforme documento em anexo".-----

-----O documento anexo a esta proposta, consta do orçamento dado pela loja "O Piano - Comercio de Instrumentos Musicais, Lda.-----

-----Posta a proposta a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

-----APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE APOIO PARA COMPRA DE APARELHAGEM DE SOM E VOZ, PARA O RANCHO FOLCLORICO DE FAZENDAS DE ALMEIRIM -----

-----Proposta apresentada pelo Senhor Vereador José Carlos Silva:-----

-----"Desde o aparecimento publico dos jovens talentos de Fazendas de Almeirim nas Festas da Cidade e no "Pão, Vinho e C.^a 2010", que se tem verificado uma crescente procura deste meio de entretenimento para as iniciativas dos Clubes, Associações e Colectividades do Concelho.-----

-----Dado que a maior parte destes jovens fazem também parte do Rancho Folclórico Infantil de Fazendas de Almeirim, este mesmo também necessitado, vêm de uma forma conjunta, com este grupo, o grupo de Velhas Guardas e eles próprios, solicitar ao Executivo a atribuição de um subsídio para compra de uma aparelhagem de som e voz, usada, no valor de 1600€."-----

-----Posto o assunto a votação, foi deliberado por unanimidade apoiar com o valor de 1000 euros.-----

-----APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO-----

-----Proposta apresentada pela Senhora Vereadora Maria Fátima Cardoso:-----

-----"Proponho a atribuição do pagamento do valor do passe e propinas a três alunos do ensino superior que frequentam os estabelecimentos da cidade de Santarém, bem como a continuação do apoio de três alunos que usufruíram de bolsa no ano lectivo anterior e um que usufruiu do apoio para combustível.-----

-----Proponho ainda a atribuição de mais três bolsas a alunos que frequentam o ensino superior em outras áreas do País, assim como a continuação do apoio a nove alunos que usufruíram de bolsa no ano lectivo anterior.-----

-----O Município de Almeirim tem tido um papel activo na promoção, na formação académica e profissional dos jovens do concelho, como forma de assegurar o seu desenvolvimento social e educativo, em especial no ensino superior. Assim, propõe-se que sejam apoiados um total de 19 alunos, 7 que frequentam o ensino superior na cidade de Santarém e 12 que frequentam o ensino superior em outras áreas do País.-----

-----Junto listagem dos alunos propostos.-----

LISTAGEM DE BOLSEIROS PARA O ANO DE 2010/2011		
Outros Destinos		
Bolseiro	Valor Mensal	Valor Anual
João Xavier /A.A.	201.30€	2.013,00€
Verónica Cordeiro /A.A.	201.30€	2.013,00€
Daniela Duarte /A.A.	200.00€	2.000,00€
Miguel Duarte /A.A.	131.30€	1.313,00
Luís Santos /A.A.	200.00€	2.000,00€
Teresa Aranha /A.A.	75.00€	750,00€
Ana Matias /A.A.	200.00€	2.000,00€
Filipe Botas /A.A.	200.00€	2.000,00€
Ana Freitas /A.A.	200.00€	2.000,00€
Gonçalo Filipe/A.A.	131.30€	1.313,00€
Renata Ribeiro/1ªX	200.00€	2.000,00€
Ana Veríssimo/1ªX	200.00€	2.000,00€
Rodrigo Coelho/1ªX	200.00€	2.000,00€
TOTAL	2.340,20€	23.402,00€

	Valor Mensal		Valor Anual
Bolseiro-Santarém	Passe	Passe	Propina
Catarina Sousa/A.A.	34.70€	312.30€	938.40€
João Florêncio/A.A.	34.70€	312.30€	938.40€
Teresa Narigueta/A.A.	34.70€	312.30€	938.40€
Cíntia Santos/1ªX	35.00€	315.00€	938.40€
Ana Correia/1ªX	35.00€	315.00€	938.40€
Débora Bento/1ªX	35.00€	315.00€	938.40€
TOTAL	209,10€	1.881,90€	5.630,40€

A.A. --- Ano Anterior

1ªX --- Apoiados pela 1ªX

-----A Senhora Vereadora Fátima Cardoso informou que este ano foram apresentados mais pedidos de atribuição de bolsas de estudo, foi feita uma selecção ainda mais rigorosa e criteriosa.

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício disse que seria interessante saber quais os cursos e estabelecimentos de ensino em que os alunos se matriculam, e questionou se a verba para atribuição dos subsídios este ano foi inferior, ao que o Senhor Presidente respondeu que pelo contrário, foi superior.-----

-----Posta esta proposta a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

-----APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE PROTOCOLO COM A VALORCAR, PARA GESTÃO DE VEICULOS EM FIM DE VIDA -----

-----O Senhor Vice Presidente apresentou a seguinte proposta:---

-----"Tendo em conta os benefícios que este protocolo pode vir a trazer para o Município.-----

-----Tendo em conta que o mesmo não tem custos, proponho a celebração do protocolo em anexo, com a Valorcar para a gestão de veículos em fim de vida".-----

-----O anexo acima referido é o impresso próprio para celebração do protocolo, emitido pela empresa Valorcar".-----

-----Esta proposta foi aprovada por unanimidade.-----

-----APRECIAÇÃO E APROVAÇÃO DO PARECER JURIDICO PARA A EXPROPRIAÇÃO DO TERRENO PARA A ROTUNDA EM FAZENDAS DE ALMEIRIM - Relativamente a este assunto, foi presente a informação do Gabinete Jurídico da Autarquia, a seguir transcrito:-----

-----"Assunto: Expropriação de parcela de terreno em Fazendas de Almeirim. Expropriação amigável. Apreciação de contraproposta. Expropriação litigiosa. Procedimentos.-----

-----Nos termos do artigo 33º do CExp., antes de promover a constituição de arbitragem, a entidade expropriante deve procurar chegar a acordo com o expropriado e os demais interessados.-----

-----Em cumprimento do determinado na norma legal supra citada, em 07.12.2010 foi remetido ofício aos expropriados e interessado

contendo uma proposta no montante de 47.437,00€ tendente à aquisição da parcela de terreno objecto do presente procedimento de expropriação.-----

-----Foi recebida na Câmara resposta subscrita apenas por dois expropriados, que se dá por reproduzida, sem estar acompanhada de qualquer relatório pericial, em que resumidamente se propõe:-

-----O valor de indemnização de 102.691,15€, com indicação do critério adoptado pelos proponentes para determinação do referido montante;-----

-----A possibilidade de na parte subsistente do prédio se poderem abrir vãos para o espaço publico.-----

-----Juntam ainda cópia de uma acta de conferencia de interessados realizada no processo nº 949/2002, cujos termos correm pelo tribunal da Comarca e que se refere a processo de inventário e onde se pode verificar a adjudicação das várias verbas constantes da relação de bens aos diferentes interessados no inventário.-----

-----Cumpre apreciar.-----

-----Vejamos a lei aplicável.-----

-----Artigo 34º - Objecto do acordo - Nas expropriações amigáveis podem constituir objecto de acordo entre a entidade expropriante e expropriado ou demais interessados:-----

-----a) O montante da indemnização;-----

-----b) O pagamento de indemnização ou de parte dela em prestações, os juros respectivos e o prazo de pagamento destes;-

-----c) O modo de satisfazer as prestações;-----

-----d)-----

-----e)-----

-----f) condições acessórias.-----

-----Artigo 35º - Proposta da entidade expropriante - 1 - No prazo de 15 dias após a publicação da declaração de utilidade publica, a entidade expropriante, através de carta ou officio registado com aviso de recepção, dirige proposta do montante indemnizatório ao expropriado e aos demais interessados cujos endereços sejam conhecidos, bem como ao curador provisório.-----

-----2 - O expropriado e demais interessados dispõem do prazo de 15 dias para responder, podendo fundamentar a sua contraproposta em valor constante de relatório elaborado por perito da sua escolha.-----

-----3 - Na falta de resposta ou de interesse da entidade expropriante em relação à contraproposta, esta dá início à expropriação litigiosa, nos termos do artigo 38º e seguintes, notificando deste facto o expropriado e os demais interessados que tiverem respondido.-----

-----4-----
-----Das normas transcritas resulta que poder ser objecto de acordo o montante da indemnização e respectivo modo de pagamento e outras condições acessórias e que a contraproposta apresentadas pelos expropriados deve basear-se em relatório elaborado por perito escolhido pelos expropriados.-----

-----No tocante ao valor da indemnização, cumpre recordar que, então subscrita por advogado mas em nome dos actuais proponentes e também sem estar acompanhada de relatório pericial, foi recebida uma contraproposta visando a aquisição por via de direito privado (art. 11º do CExp.) no montante de 86.827,57€ em que os critérios de fixação do valor foram os mesmos da proposta ora apresentada, que não mereceu concordância do Sr. Presidente e determinou que tivesse sido desencadeado o presente procedimento de expropriação. -----

-----Ora, o valor de indemnização contraproposto se afasta em cerca de 215% (=102.691,15:47.437,00) do valor proposto como base para a expropriação e que foi determinado por perito oficial.-----

-----O montante indemnizatório ora contraproposto é ainda superior ao oportunamente apresentado para efeito de aquisição por via de direito privado, sendo certo que a diferença existente entre as duas contrapropostas (15.863.578€) corresponde a um acréscimo de cerca de 18% em relação ao montante inicialmente solicitado a título de indemnização, que não tem justificação na taxa de inflação verificada, nem em

qualquer outro critério constante da contraproposta apresentada.-----

-----Afigura-se, assim, existir uma diferença excessiva para que o mesmo possa ser considerado como hipótese para um eventual acordo.-----

-----Por outro lado, a contraproposta não se mostra acompanhada de relatório elaborado por perito, tal como exige o nº 2 do art. 35º do CExp., o que desqualifica a contraproposta apresentada.--

-----Deve referir-se, todavia, no tocante ao ponto um da contraproposta (abertura de vãos para o espaço publico) é matéria incontroversa, na medida em que, em caso algum, poderá estar em causa esse direito.-----

-----Por fim, cumpre fazer uma breve nota acerca da acta de conferencia de interessados em que são efectuadas as adjudicações das diferentes verbas do inventário.-----

-----Para além das questões formais relativas ao facto de não ser documento autêntico, a acta em causa não permite uma identificação dos prédios que são objecto de adjudicação para efeito de determinar a legitimidade dos proponentes.-----

-----Com efeito, a acta refere apenas os números das verbas sem qualquer outra indicação que permita uma identificação segura dos prédios objectos dessas verbas. Poder-se -à presumir, pela localização, que a parcela a expropriar integrará o prédio referido na verba nº 10-B. Mas, sendo assim, essa verba foi adjudicada a 3 dos interessados, os subscritores da contraproposta e ainda a interessada Violeta Florêncio Cocharro Vieira. Por esta razão e neste pressuposto, faltaria legitimidade aos proponentes para apresentarem a contraproposta.-----

-----Em qualquer caso, comprovada que seja a realização da partilha e a adjudicação do prédio onde se integra a parcela a expropriar a apenas alguns dos actuais interessados no presente procedimento poderão esses interessados efectuar a respectiva habilitação em qualquer momento, sem prejuízo das diligencias já realizadas (art. 40º nº 2 do CEx).-----

-----Ora, não sendo aceite a contraproposta por parte da entidade expropriante, determina o nº 3 do art. 35º do CExp., *esta dá início à expropriação litigiosa, nos termos dos artigos 38º e seguintes, notificando deste facto o expropriado e os demais interessados que tiverem respondido.*-----

-----Vejamos, mais uma vez a lei, no que aqui e agora importa:--

-----Artigo 38º Arbitragem-----

-----1 - Na falta de acordo sobre o valor da indemnização, é este fixado por arbitragem, com recurso para os tribunais comuns.-----

-----2 - -----

-----3 - -----

-----Artigo 42º Promoção da arbitragem-----

-----1 - Compete à entidade expropriante, ainda que seja de direito privado, promover, perante si, a constituição e o funcionamento da arbitragem.-----

-----2 - -----

-----3 - -----

-----4 - -----

-----Artigo 45º Designação dos árbitros-----

-----1 - Na arbitragem intervêm três árbitros designados pelo presidente do tribunal da Relação da situação dos prédios ou da sua maior extensão.-----

-----2 - Os árbitros são escolhidos de entre os peritos da lista oficial, devendo o presidente do tribunal da Relação indicar logo o que presidirá.-----

-----3 - Para o efeito do disposto nos números precedentes, a entidade expropriante solicita a designação dos árbitros directamente ao presidente do tribunal da Relação.-----

-----4 - O despacho de designação dos árbitros é proferido no prazo de cinco dias.-----

-----Deste modo, não sendo lograda a expropriação amigável, inicia-se a fase da expropriação litigiosa, nos termos dos 38º e seguintes do CExp., o que se concretiza mediante um processo de arbitragem em que os árbitros são designados pelo Presidente do

Tribunal da Relação do Distrito, por solicitação da entidade expropriante.-----

-----Assim, em conclusão, dever-se-á proceder pelo seguinte modo:-----

-----Decidir sobre a aceitação da contraproposta apresentada, não a aceitando, por razões relativas ao valor proposto como por razões de legitimidade dos proponentes;-----

-----Iniciar os procedimentos da expropriação litigiosa, mediante a solicitação da designação dos árbitros para efeito de fixação do montante da indemnização."-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo referiu novamente que a questão processual não está correcta. As informações emanadas pelo Dr. Vítor Batista não são propostas.-----

-----Passando à votação do assunto, foi o mesmo aprovado por maioria, com seis votos a favor, cinco do PS e um da CDU e uma abstenção do MICA, não aceitar a contraproposta apresentada por razões relativas ao elevado valor e ainda por razões de legitimidade dos proponente e iniciar os procedimentos da expropriação litigiosa.-----

-----O Vereador representante do MICA, fez a seguinte Declaração de Voto:"Abstenho-me porque a informação que tenho não me permite julgar o assunto".-----

-----APRECIACÃO E APROVAÇÃO DO PROGRAMA DE PROCEDIMENTOS E CADERNO DE ENCARGOS PARA O CONCURSO PUBLICO DE "CONCESSÃO PARA EXPLORAÇÃO DO SALÃO DE CHÁ DO PARQUE URBANO DA ZONA NORTE DE ALMEIRIM"-----

-----O Senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:"Conjugando o disposto nos artigos 431º e seguintes o número 1 do art. 36º, o art. 38º, o nº 2 do art. 40º todos do Código de Contratos Públicos, aprovado pelo D.L. 18/2008 de 29 de Janeiro, na redacção introduzida pelo D.L. nº 278/2009, de 2 de Outubro, com a alínea b) do nº 1 do art. 18º do D.L. nº 197/99, de 8 de Junho, e ainda a alínea q) do nº 1 do art.64º da

Lei 169/99, de 18 de Setembro com a redacção introduzida pela republicação com a Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, proponho:----

-----Que sejam aprovados o Programa de Procedimento e Caderno de Encargos, e ainda a decisão de contratar através do lançamento de Concurso Publico de Concessão para Exploração do Salão de Chá do Parque Urbano da Zona Norte de Almeirim."-----

-----Esta proposta foi aprovada por unanimidade.-----

-----APRECIAÇÃO E APROVAÇÃO DA NOMEAÇÃO DO JURI DE PROCEDIMENTO PARA O CONCURSO PUBLICO DE CONCESSÃO PARA EXPLORAÇÃO DO SALÃO DE CHÁ DO PARQUE URBANO DA ZONA NORTE DE ALMEIRIM - O Senhor Presidente apresentou a proposta abaixo transcrita:-----

-----"Ao abrigo do artigo 67º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo D.L. nº 18/2008, de 29 de Janeiro, na redacção introduzida pelo D.L. nº 278/2009, de 2 de Outubro, proponho como membros do Júri do Procedimento, para o concurso de: Concessão para Exploração do Salão de Chá do Parque Urbano da Zona Norte de Almeirim, os seguintes elementos:-----

-----Efectivos:-----

-----Presidente - Engenheiro António Xavier Martins da Rocha Pinto;-----

-----Vogal - Luís Manuel Oliveira Gonçalves;-----

-----Vogal - António da Cruz Luzia Rodrigues;-----

-----Suplentes: -----

-----António Joaquim Veríssimo Pisco;-----

-----Luis Alberto Ferreira Leitão."-----

-----Posta a votação, foi a proposta aprovada por unanimidade.-

-----APRECIAÇÃO E APROVAÇÃO DE DELEGAÇÃO DE COMPETENCIAS, NO JURI, PARA PRESTAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS DO CONCURSO PUBLICO DE CONCESSÃO PARA EXPLORAÇÃO DO SALÃO DE CHA DO PARQUE URBANO DA ZONA NORTE DE ALMEIRIM - Foi presente a proposta do Senhor Presidente do seguinte teor:-----

-----"Conjugando o nº 2 do artigo 50º com o nº 2 do artigo 69º, ambos do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo D.L. nº 18/2008, de 29 de Janeiro, na redacção introduzida pelo D.L. nº 278/2009, de 2 de Outubro, proponho que seja delegado no Júri dos Procedimentos, a competência para prestar os necessários esclarecimentos aos concorrentes na fase de concurso de Concessão para Exploração do Salão de Chá do Parque Urbano da Zona Norte de Almeirim."-----

-----Posta a votação, foi a proposta aprovada por unanimidade.--

-----**EXPEDIENTE GERAL**-----

-----SECÇÃO DE CICLISMO DA ASSOCIAÇÃO VINTE QUILOMETROS DE ALMEIRIM - Foi presente pela referida secção o total de despesas inerentes à realização do "Passeio Domingueiro", que totalizam os 593 euros, referentes a pedidos de licenciamento e abastecimento de fruta, águas e bolos aos participantes. Solicitam apoio financeiro para fazer face a esta despesa.-----

-----O Executivo deliberou por unanimidade proceder à transferência do total de 593 euros.-----

-----PAGAMENTO A PRESTAÇÕES - Foi presente o pedido de Bruno Miguel dos Santos Vinagre, a solicitar que lhe seja autorizado o pagamento a prestações das rendas que tem em atraso, relativas à sua habitação, sita na Rua 1º de Dezembro, nº 18 esqº, em Almeirim.-----

-----O Executivo deliberou por unanimidade autorizar o pagamento em seis prestações mensais, bem como a prestação do mês actual.-

-----ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA CULTURAL E RECREATIVA DE PAÇO DOS NEGROS - Solicitam apoio financeiro para a aquisição de prémios a atribuir na realização da 2ª Prova de Promoção da Modalidade de Pesca Desportiva de Rio da A.D.C.R. Paço dos Negros, que terá lugar no próximo dia 13 de Fevereiro de 2011. Anexam ao pedido

orçamento no valor de 272,90 euros.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade apoiar a totalidade de 272,90 euros, para aquisição de prémios.-----

-----SHOTOKAN KARATENOMICHI PORTUGAL ASSOCIAÇÃO - Presente o pedido da Associação a solicitar apoio para deslocação e participação do técnico e mais três participantes na acção de formação a realizar no Japão de 24 a 30 de Setembro e campeonato do Mundo agendado para 1 e 2 de Outubro de 2011.-----

-----O Executivo deliberou por unanimidade proceder à transferência de 375 euros.-----

-----FUTALMEIRIM - ALMEIRIM FUTSAL CLUBE - Foi presente o pedido de apoio financeiro para inscrição da equipa de Iniciados na AFS, cujo valor total foi 769,67 euros.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade apoiar com 50% do valor, a que correspondem 385 euros.-----

-----CORPO NACIONAL DE ESCUTAS - AGRUPAMENTO 1186 DE FAZENDAS DE ALMEIRIM - O Agrupamento solicita apoio financeiro para despesas inerentes à viagem realizada pelos escuteiros aos Pirinéus em Julho de 2010.-----

-----Foi deliberado por unanimidade proceder à transferência de 1.800,00 euros para apoio.-----

-----ORFEAO DE ALMEIRIM - ASSOCIAÇÃO CULTURAL - O Orfeão de Almeirim solicita apoio financeiro para despesas tidas aquando da realização do jantar oferecido aos cerca de 150 participantes no Concerto de Natal 2010.-----

-----O Executivo deliberou por unanimidade apoiar com o valor de 300 euros.-----

-----GRUPO DESPORTIVO E RECREATIVO DA CONFORLIMPA - Presente o pedido de apoio por parte do Grupo, para inscrição da equipa de

Seniores na AFS, cujo valor é de 1.953,00 euros.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

-----VESPA TEAM ALMEIRIM - Foi presente um pedido de apoio por parte do Grupo, para realização da "1ª Resistência Vespista" a realizar no próximo dia 26 de Fevereiro de 2011, prova esta em que pretendem oferecer aos participantes, cerca de 160, uma sopa da pedra e uma bifana.-----

-----O Executivo tomou conhecimento.-----

-----SCALPAN, LDª - Foi presente a carta de João Ventura, em representação de Scalpan, Lda, com sede na Rua Conde Sobral, nº 17-19, em Almeirim, a solicitar apoio financeiro para os prejuízos que tem tido desde o início e durante o decorrer das obras naquele local.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

-----CLUBE AVENTURA JUVENIL DA RAPOSA - Foi presente a carta do Clube, em que dão a conhecer a organização e composição do mesmo, solicitando ainda apoio financeiro para fazerem face às despesas tidas na formação do Clube, que rondam os 5.000 euros.-

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

-----PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO - O Senhor Vereador José Carlos apresentou o pedido de indemnização em nome de José Carlos Ferreira Mendes, que no dia 12 de Dezembro de 2010, ao passar na Rua Miguel Bombarda rebentou 2 pneus e danificou as jantes, devido aos buracos existentes na estrada. A reparação, conforme cópias que anexa da oficina e talão de Multibanco, foi no valor de 230,00 euros. Solicita que a Autarquia assuma o pagamento. Junto ao pedido, está a informação do Encarregado, Senhor António Grilo, que confirma que devido ao mau tempo o tout-venant aplicado desapareceu o que deu origem aos buracos.-----

-----Posto o assunto a votação, foi aprovado por maioria com 2

abstenções das Senhoras Vereadoras Maria Emília e Fátima Cardoso, proceder ao pagamento de 230,00 euros de indemnização ao Senhor José Mendes.-----

-----PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO - Presente também pelo Senhor Vereador José Carlos, outro pedido de indemnização em nome de António Vitória Fernandes, relativo ao pagamento de conserto da sua viatura, que ao passar numa estrada onde se que se encontravam grades e não estando estas sinalizadas, lhe bateu o que provocou vários danos. O valor constante na factura é de 789,66 euros.-----

-----O Executivo deliberou por maioria e com as abstenções das Senhoras Vereadoras Maria Emília e Fátima Cardoso, proceder ao pagamento de 400 euros para apoio ao pagamento do arranjo do carro.-----

-----RUTIS - Foi presente pelo Senhor Presidente a informação sobre a aquisição por parte da RUTIS de um imóvel para instalação da sede da mesma. O custo do imóvel foi de 160.000 euros, tendo a RUTIS recorrido a hipoteca bancária no montante de 150.000 euros. Anexam a esta informação descrição do funcionamento e objectivos da Casa da UTI's.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

-----LUGAR DE ESTACIONAMENTO - O Senhor Vereador José Carlos apresentou o pedido em nome de Marcelo Jorge Santos Antunes, residente na Rua Açores, nº 77, em Almeirim, a solicitar que seja reservado um lugar de estacionamento junto à sua residência, devido às limitações de mobilidade do requerente, conforme justifica com atestado medico anexo ao pedido.-----

-----O Executivo deliberou por unanimidade concordar com a colocação do referido lugar de estacionamento.-----

-----DIREITO DE PREFERENCIA - Foi presente o requerimento em nome de Cristina Maria de Abreu Nunes Armstrong, solicitando

certidão da Autarquia do eventual uso de direito de preferência, da venda que pretende fazer da fracção autónoma, designada por letra "F", correspondente ao segundo andar esquerdo, bloco 31, do prédio urbano sito na Praceta Publica da Urbanização Vinha do Santíssimo, em Almeirim.-----

-----A Câmara deliberou não usar do direito de preferência.-----

-----DIREITO DE REVERSÃO - Presente também o requerimento em nome de Ana Cristina Fernandes Pisco, residente na Rua Joaquim Conceição Rodrigues, lote 18, em Almeirim, a solicitar certidão emitida pela Câmara, onde conste que a mesma não pretende usar do Direito de Reversão do lote 8, na Rua Joaquim Conceição Rodrigues, em Almeirim.-----

-----O Executivo deliberou não usar do direito de reversão do lote.-----

-----AUTOCARRO - A Câmara deliberou contabilizar os custos com deslocações dos autocarros ao serviço das seguintes entidades:--

-----Banda Marcial de Almeirim, 118,53€; Associação Vinte Quilómetros de Almeirim - Secção de Patinagem Artística, 251,41€.-----

-----ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICIPIOS PORTUGUESES - A Câmara tomou conhecimento da newsletter enviada sobre IRS dos Açores e Madeira.-----

-----ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICIPIOS PORTUGUESES - O Senhor Presidente deu conhecimento da solicitação enviada a Suas Excelências, o Senhor Primeiro Ministro, o Senhor Presidente da Republica e o Senhor Presidente da Assembleia da Republica, sobre transferência de duodécimos correspondentes a 5% do IRS para os Municípios dos Açores e Madeira.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

-----Da Ordem de Trabalhos desta Reunião de Câmara, consta uma visita às instalações da Torriba, a qual foi feita por todo o Executivo, com início às 10.00h e prolongando-se até às 13.15 horas.-----

-----ACTAS - Foram previamente distribuídas as actas de 6 e 20 de Dezembro de 2010 e 3 de Janeiro 2011, as quais foram aprovadas, depois de introduzidas as alterações solicitadas.-----

-----SENHAS DE PRESENÇA - Foram comunicadas à Repartição de Recursos Humanos da Autarquia, as presenças dos Senhores Vereadores na presente reunião de Câmara, para pagamento das senhas de presença.-----

-----Às dezassete horas e trinta e cinco minutos foi encerrada a reunião.-----

-----E eu, _____,
Assistente Técnica desta Autarquia, elaborei a presente acta, que lavrei e subscrevi a qual vou assinar com o Senhor Presidente.-----

O Presidente da Câmara

A Assistente Técnica